

UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

JULIANA BASTOS SANGUÊDO

DÉFICIT HABITACIONAL E INADEQUAÇÃO DE MORADIAS: Um estudo de  
caso em São João da Barra- RJ

Campos dos Goytacazes  
2014

UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

JULIANA BASTOS SANGUÊDO

DÉFICIT HABITACIONAL E INADEQUAÇÃO DE MORADIAS: Um estudo de caso em São João da Barra- RJ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau Bacharel em Geografia.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Gustavo Henrique Naves Giviziez.

Campos dos Goytacazes  
2014

JULIANA BASTOS SANGUÊDO

DÉFICIT HABITACIONAL E INADEQUAÇÃO DE MORADIAS: Um estudo de caso em São João da Barra- RJ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau Bacharel em Geografia.

Aprovada em 11 de dezembro de 2014

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Gustavo Henrique Naves Giviziez.(orientador)

UFF – Universidade Federal Fluminense

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Elzira Lúcia de Oliveira

UFF – Universidade Federal Fluminense

---

Prof Dr Eduardo Manuel Rosa Bulhões

UFF – Universidade Federal Fluminense

Somos resultado das viagens que fazemos,  
dos livros que lemos  
e das pessoas que amamos.

## **Agradecimentos**

Hoje é um dia muito especial, a concretização de um sonho conjunto! Por isso não poderia começar esse texto agradecendo a outras pessoas. Pai e mãe, toda essa caminhada e tudo que sou hoje veio de vocês, obrigado por toda a fé em mim, por orarem á Deus e a Nossa Senhora para intercederem por mim sempre que estive em dificuldade. Obrigado por terem entendido minhas faltas, por me ajudarem nas pesquisas e até por me buscarem todos os dias. Sem vocês eu não sou!

Dizem por aí que quem tem um irmão já nasce tendo um amigo, um melhor amigo. Então me sinto privilegiada por ter um melhor amigo garantido antes mesmo de ter nascido. Obrigado por abaixar a televisão da sala para eu poder estudar, por aguentar aqueles dias difíceis reservados especialmente para você, enfim, obrigado por ser meu eterno companheiro.

Á meus avós Maria José, Ronaldo, Jonesir, e Marise por torcerem pelo meu sucesso, mesmo achando que eu vou ser Geóloga até hoje (rsrs) amo muito vocês!

Á Marcelinha minha melhor amiga desde sempre, por ouvir-me quando precisava, por estar do meu lado e torcer por mim. Mesmo longe sei que estar orando por mim hoje. Amo você sempre amiga.

Ao Matheus, meu 'achado' agradeço por entender minhas ausências e por sempre me esperar com um abraço confortante! Amo você metade do meu limão.

Fiz muitos amigos aqui, alguns que quero carregar comigo para a vida sempre. Ao meu querido professor Gustavo Givisiez, meu orientador desde o começo dessa jornada, meu muito obrigado. Obrigado pelos inúmeros conselhos, ajudas e incentivos, obrigado principalmente por ter acreditado e confiado em mim. Á poderosíssima e diva professora Elzira Oliveira por ser uma grande incentivadora e inspiração para mim. Quero ser como você quando crescer!

Á Natália, Zélia, Ana Carolina, Vicente, Clarice, Karen e Bruno por me acompanharem para: Anchieta, Venda Nova do Imigrante, Ouro Preto, Belo Horizonte, Bananal, Lençóis, Ribeirão Preto, Foz do Iguaçu, Prado, Jacobina,

Juazeiro, Petrolina, e fechando com chave de ouro Vitória. Muito obrigado pelo carinho, pelas festas e por tudo que vivemos!

Assim, aos 17 anos de idade comecei o que seria uma grande aventura, entrar na faculdade. Naquele momento nunca imaginei o quanto a temida Universidade Federal Fluminense me faria bem, entrei uma menina e hoje saio uma mulher. Obrigado então á todas as pessoas que passaram na minha vida, deixando um pouco delas comigo, mesmo não lembrando o nome de todos, aqui está meu sincero agradecimento.

## Resumo

A questão habitacional é extremamente sensível as transformações no espaço. Assim como objetivo geral desse trabalho pretende-se calcular o déficit habitacional de São João da Barra correlacionando esse resultado com o sexo, renda e migração. Apresentar-se á os componentes da inadequação de moradias, dados sócio econômicos e por fim o déficit habitacional de São João da Barra. O tema se justifica devido à habitação estar diretamente relacionada ao fenômeno demográfico migração e, por estar o município em questão, passando por alterações que alteram a dinâmica migratória para e do município. O método utilizado nesta pesquisa foi o método estatístico, uma vez que trabalhou com uma projeção de uma demanda por moradias. Dessa forma, foi aplicada uma técnica *survey* para o desenvolvimento da pesquisa que traz uma economia de tempo e custo. São João da Barra possui muitos domicílios considerados inadequados. É possível destacar ainda que apenas 31,9% das habitações não possui necessidade de substituição da moradia. Ficou confirmado pelo trabalho que não há relação entre o déficit habitacional e a migração. No caso da renda encontrou-se uma relação que explica-se pelo fato de que quem tem maior renda tem acesso a melhores infraestruturas. Na relação déficit e sexo com a amostragem fornecida pelo survey não foi encontrada associação estatística. Os impactos que o município de São João da Barra estará exposto são imprevisíveis e, nesse sentido, o monitoramento das transformações deve ser constante.

**PALAVRAS- CHAVES:** Déficit habitacional, Porto do Açu e São João da Barra.

## **Abstract**

*The housing issue is extremely sensitive to changes in space. As general objective of this work is intended to calculate the housing deficit of São João da Barra correlating this result with sex, income and migration. Get introduced will the components of the inadequacy of housing, socio economic data and finally the housing deficit of São João da Barra. The theme is justified because of the housing is directly related to population migration phenomenon and, being the municipality in question, undergoing changes that alter the migratory dynamics and to the municipality. The method used was the statistical method, once worked with a projection of a demand for housing. Thus, we applied a technical survey for the development of research that brings a time and cost savings. São João da Barra has many households considered inadequate. You can also point out that only 31.9% of households have no need of replacement housing. It was confirmed by the work that there is no relationship between the housing shortage and migration. In the case of income found a relationship explained by the fact that those with higher income have access to better infrastructure. In deficit and sex relationship with the sampling provided by the survey was no statistical association. The impacts that the municipality of São João da Barra will be exposed are unpredictable and, accordingly, the monitoring of changes should be constant.*

**Key words:** *Housing deficit, the Port of Açú and São João da Barra.*



## Lista de Tabelas

Tabela 1- Total de entrevistas realizadas no Município de São João da Barra	27
Tabela 2 Material de revestimento das paredes. São João da Barra, 2010 e 2011.	33
Tabela 3 Cobertura das habitações. São João da Barra, 2011	33
Tabela 4 Tempo estimado de construção e avarias do domicílio. São João da Barra, 2011	34
Tabela 5 Condição de ocupação do domicílio. São João da Barra, 2010 e 2011	35
Tabela 6 Proporção de famílias conviventes e intenção de a família convivente formar um novo domicílio. São João da Barra, 2011	36
Tabela 7 Principal motivo para a coabitação familiar. São João da Barra, 2011	36
Tabela 8 Proporção de famílias com Ônus excessivo com aluguel	37
Tabela 9 Domicílios alugados com adensamento excessivo por dormitório.	37
Tabela 10 Tipo de abastecimento de água. São João da Barra, 2011.	38
Tabela 11 Tipo de esgotamento sanitário. São João da Barra, 2011.	39
Tabela 12 Tipo de energia elétrica. São João da Barra, 2011.	39
Tabela 13 Tipo de destino do lixo. São João da Barra, 2011	40
Tabela 14 Total de Banheiros, segundo a localização do banheiro no domicílio. São João da Barra	40
Tabela 15 Déficit habitacional por inadequação de moradias	41
Tabela 16 Déficit Habitacional por componentes de domicílios em São João da Barra 2011	41
Tabela 17 Déficit Habitacional por componentes de domicílios em São João da Barra 2011	41
Tabela 18 Déficit Habitacional total em São João da Barra 2011	42
Tabela 19 Déficit Habitacional total em São João da Barra 2011	42

Tabela 20 Déficit Habitacional total em São João da Barra 2011	43
Tabela 21 Déficit Habitacional total em São João da Barra 2011	43

## **Lista de imagem**

Imagem 1- Mapa do município de São João da Barra.....	13
Imagem 2- Imagem do Complexo Logístico e Industrial Porto do Açú.....	21
Imagem 3- Fluxograma para o cálculo do déficit habitacional e inadequação de moradias.....	27
Imagem 4- Proporção de domicílios segundo o tipo de destinação dos efluentes. São João da Barra, 2011.....	36

## Sumário

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	RELAÇÃO PORTO-CIDADE .....	17
2.1	O EMPREENDIMENTO: COMPLEXO LOGÍSTICO INDUSTRIAL PORTO DO AÇU .....	19
3	O DIREITO DA HABITAÇÃO.....	22
4	ABORDAGENS METODOLÓGICAS: A PESQUISA <i>SURVEY</i> E A AMOSTRAGEM .....	27
5	RESULTADOS .....	32
5.1	COMPONENTES PARA O DÉFICIT HABITACIONAL.....	32
5.1.1	Domicílios Precários.....	32
5.1.2	Coabitação familiar .....	34
5.1.3	Ônus excessivo com aluguel .....	36
5.1.4	Adensamento excessivo de domicílios .....	37
5.2	COMPONENTES DA INADEQUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS .....	38
5.3	DOMICÍLIOS SEM UNIDADE SANITÁRIA DOMICILIAR EXCLUSIVA 40	
5.4	DÉFICIT HABITACIONAL POR COMPONENTES] .....	41
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: .....	46
8	Anexo.....	48

## 1 INTRODUÇÃO

A região Norte Fluminense é constituída por nove municípios, são eles: Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra.

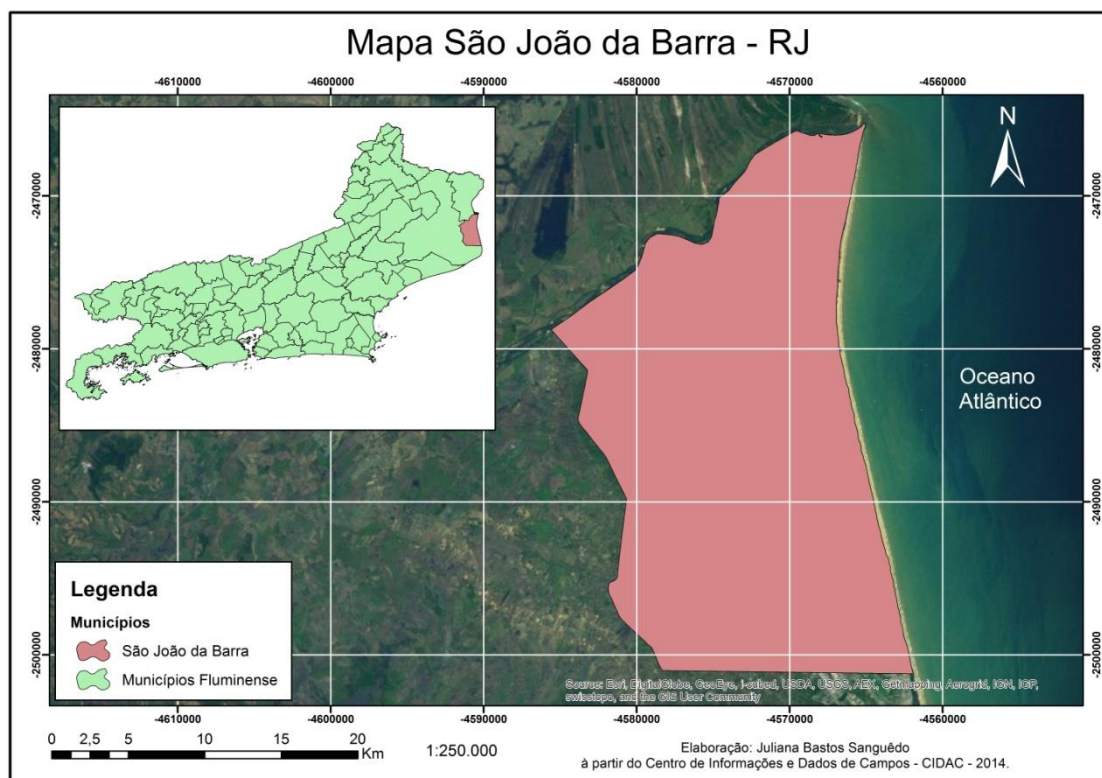
Essa região teve a sua ocupação no século XVII por senhores donos de engenho de açúcar após a divisão nas capitanias, então se estabeleceu a primeira ocupação e uso da terra: o cultivo da cana de açúcar conjuntamente com a pecuária extensiva (SOFIATTI, 2009). Com a descoberta de petróleo e gás natural na plataforma continental da Bacia de Campos um novo ciclo econômico iniciou-se nessa região. Os municípios do norte fluminense passaram a receber os *royalties* e posteriormente as participações especiais.

O município de São João da Barra está entre os municípios contemplados mais diretamente pela compensação advinda da indústria petrolífera, o que na década de 1970 já transformou a dinâmica sócioespacial do município que era baseada apenas na agricultura e uma restrita atividade industrial na cidade. Como confirma Terra (2012)

A região Norte do Estado, desde a segunda metade da década de 1970, vem passando por transformações produtivas que redefinem os usos do território. Os primeiros impactos decorrem da então incipiente e hoje crescente indústria de exploração e produção de petróleo e gás. A região gradativamente vem migrando de uma atividade exclusivamente agrária, ancorada na cultura canavieira e indústria sucroalcooleira, para uma indústria extrativa mineral cuja cadeia produtiva e características do processo de produção atraem desde empresas transnacionais de grande porte como pequenas e médias empresas (TERRA *et al* 2012, P. 71).

Mais recentemente o município (ver figura 1) está passando por novas alterações, já que o mesmo está recebendo um investimento privado de grande magnitude que é a instalação do Complexo Portuário e Industrial do Açú cuja obra foi iniciada em 2007.

Imagem 1- Mapa do município de São João da Barra



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Centro de informações e dados de Campos- CIDAC-2014

O Complexo Portuário e Industrial do Açúcar é um dos maiores investimentos logísticos da América Latina e foi incluído na realidade de um município que passava por um período longo de estagnação produtiva tendo boa parte da sua receita vinculada aos *royalties* do petróleo. E ainda segundo o IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística pode ser considerado um município de pequeno porte com uma população estimada de 34.273 habitantes em 2014.

O Complexo Portuário e Industrial do Açúcar ou qualquer atividade econômica que produza mudanças significativas e repentinas no espaço mudam o dinamismo populacional e conseqüentemente a dinâmica urbana, pois acumulam novos significados para determinados fatores e interagem com novos fenômenos, como a migração. Em conseqüência, um dos fatores que são diretamente impactados por essas alterações é o mercado imobiliário que, em função de novas demandas por casas, reage de formas diversas à nova realidade: aumento do valor das moradias urbanas, aumento dos aluguéis, expansão da malha urbana e, como é comum no Brasil, a informalidade na

produção imobiliária, com o surgimento de aglomerados subnoirmais, loteamentos e construções irregulares, dentre outros.

Entretanto, as informações sobre as características das moradias, na grande maioria dos municípios, só estão disponíveis a partir da divulgação de Censos Demográficos, realizados a cada dez anos. Esse fato contribui para que haja uma lacuna no conhecimento das especificidades das moradias, impedindo os governos municipais trabalharem de maneira efetiva no problema. Esse longo período de tempo deixa os dados defasados já que a cidade como um todo é um organismo de mudanças frequentes.

Por isso, justifica-se acompanhar as transformações no espaço. Nesses termos, o objetivo geral desse trabalho é calcular o déficit habitacional de São João da Barra. Apresentar-se-á os componentes da inadequação de moradias, dados sócioeconômicos e por fim o déficit habitacional contabilizado para o município de São João da Barra. Como o objetivo específico, pretende-se identificar se existe uma relação entre o déficit habitacional com as características do chefe do domicílio, a exemplo do sexo do chefe, a renda dos munícipes e migração<sup>1</sup>.

O tema justifica-se pela questão habitacional possuir fortes interfaces com outras questões, como a migração, renda, ocupação, escolaridade entre outros. Esse fator faz com que seja extremamente 'frágil' a mudanças no espaço. Por isso a importância da análise dos problemas habitacionais, como, por exemplo, a coabitação familiar, a falta de infraestrutura e o gasto excessivo com o pagamento do aluguel.

Para cumprir com esses objetivos, este trabalho foi organizado em seis seções, incluindo esta. Na segunda seção do trabalho abordar-se-á a relação cidade-porto, como esse modal de transporte pode afetar a estrutura urbana e ainda como esse reagiu as novas transformações no mundo globalizado. Ainda dentro da segunda seção apresentar-se-á características específicas do Porto do Açú. Na terceira seção, o tema habitação é abordado diretamente em termos do direito à habitação, sua importância social e como ela está inserida como

---

<sup>1</sup> Foram considerados migrantes os chefes que declararam não ter nascido no município.

mercadoria na lógica de produção capitalista. Adicionalmente, na seção sobre habitação, será apresentada uma breve revisão de metodologias de cálculo do déficit habitacional além da utilizada nesse trabalho. Na quarta seção será descrito os procedimentos metodológicos adotados, uma descrição da pesquisa *survey* usada neste trabalho e a adaptação metodológica feita para adequar os dados disponíveis à metodologia de cálculo do déficit habitacional, desenvolvida originalmente pela Fundação João Pinheiro (Fundação João Pinheiro, 2013). Na quinta sessão serão apresentados os resultados dos componentes do déficit habitacional, da inadequação dos domicílios além das associações entre déficit e o sexo do chefe do domicílio, renda e migração.



## 2 RELAÇÃO PORTO-CIDADE

Segundo Haesbaert e Limonad (2013) o processo de globalização é uma expansão necessária ao sistema de produção capitalista. Segundo os autores existem correntes que entendem que esse processo está em andamento desde o começo do capitalismo e outras correntes afirmam que esse processo teve como marco a terceira revolução industrial, entre as décadas de 1960 a 1990. Ainda segundo os autores, a globalização é caracterizada pela dissolução do espaço pelo tempo, há cada vez mais complexos fluxos de mercadorias, informações e pessoas. A partir disso, as economias locais buscam inserir-se nos fluxos globais e para isso dependem do desempenho de seus aeroportos e portos, considerados a porta de entrada desse fluxo.

A globalização redefiniu a Geografia portuária das nações e as relações cidades/porto cuja intensidade e contornos variam em função do posicionamento dos governos centrais e dos locais diante da consolidação dos grandes dispositivos logísticos mundiais e das estratégias dos autores que controlam essas redes (MONIÉ, 2011: 299).

O porto na globalização é uma estrutura complexa e dinâmica que não encontra uma caracterização única e permanente; no entanto, está intimamente ligado às determinações espaços-temporais próprios da atual fase do sistema-mundo. (PEYRELONGUE, 1999: 02).

A partir dos anos 1970 mudanças significativas ocorreram nos portos brasileiros e novas demandas mundiais surgiram. O avanço da tecnologia nas áreas de informação, robótica e institucionais permitiu a expansão da atividade marítima (LIMA e BATISTA, 2005). Os avanços técnicos tiveram como consequências navios maiores, com mais agilidade e articulação da produção em vários pontos do globo, impulsionando um dos principais pilares da globalização que é a fragmentação do sistema produtivo. Na nova lógica portuária leva-se em consideração a união de três variáveis: rapidez, segurança dos produtos e encurtamento das distâncias (MONIÉ e VIDAL, 2006). Para ser competitivo no mercado mundial, além de garantir preços baixos nos produtos, deve garantir uma logística adequada e eficiente.

Segundo Monié (2012) os portos são responsáveis pelo escoamento de 90% do comércio internacional. Como todo grande empreendimento, o porto possui a necessidade de expansão das infraestruturas logísticas de suporte e ainda demanda vários tipos de mão de obra.

O porto foi transformado em mero substrato físico que possibilitava um conjunto de operações industriais, de transporte e de distribuição. Em consequência disso, recursos foram aplicados na ampliação da capacidade operacional das instalações portuárias (MONIÉ, 2006: 980).

Nas últimas décadas esse modal tem passado por significativas transformações cujos “efeitos sobre a evolução das relações entre cidades e portos foram ao mesmo tempo complexos e paradoxais” (MONIÉ *et al*, 2012).

As cidades portuárias ou cidades-porto, terminologia comumente utilizada por autores do tema, são caracterizadas por abrigar um equipamento urbano, os portos, que faz parte da infraestrutura em escala local. Embora esteja localizado em um território delimitado e de fácil identificação, esse equipamento mantém relações de distribuição e circulação de bens, pessoas e informações em diferentes escalas, de forma a atender demandas regionais, nacionais e até a demanda global.

Segundo Piquet e Serra (2007) os grandes empreendimentos nos quais os portos se encaixam, causam impactos profundos na dinâmica sócio econômica da área de influência. Alguns desses impactos são negativos e afetam principalmente a população local.

São vários os motivos, como por exemplo, a transformação da estrutura populacional do local, já que atraem migrantes de diversas áreas em busca de emprego gerado pelo empreendimento, e, em alguns casos, tem como consequência o rápido crescimento populacional no local. É possível destacar também as transformações na estrutura dos empregos, que é alterada pelas empresas que se estabeleceram na área ou que trabalham nas construções iniciais, que acabam impulsionando os trabalhadores de áreas adjacentes que procuram melhores condições de trabalho. No caso do empreendimento ser inserido em regiões com baixa qualificação profissional, a população local não se insere diretamente nos novos empregos oferecidos.

Ocorrem também transformações territoriais com a vinda desses grandes empreendimentos, condicionadas pelo maior uso e ocupação das terras. No caso brasileiro, a baixa capacitação técnica dos poderes municipais tem como consequência a ocupação do território de duas formas distintas: a dos trabalhadores de mão de obra qualificada que geralmente se dá de forma legalizada, em loteamentos e residências regularizadas pelos poderes municipais, e a dos trabalhadores de mão de obra não qualificada que ocorre de forma desordenada e precária. Essas transformações rápidas e radicais geralmente não são acompanhadas pelo planejamento e pelas políticas públicas, assim, crescimento e ocupação dos espaços ocorrem de forma desordenada podendo ocasionar problemas futuros na estrutura urbana.

## 2.1 O EMPREENDIMENTO: COMPLEXO LOGÍSTICO INDUSTRIAL PORTO DO AÇU

Existem no momento alguns empreendimentos de grande porte ocorrendo no estado do Rio de Janeiro. Dentre eles está o Comperj- Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, a reestruturação da área Portuária do Rio de Janeiro e o Porto do Açú. Existem outros de menor porte como o complexo logístico Farol-Barra do Furado. Todos esses empreendimentos irão transformar as dinâmicas econômicas, sociais, e territoriais das respectivas áreas de influencia direta e indireta em prol de um possível desenvolvimento.

O termo desenvolvimento é ambíguo o que pode levar a várias interpretações. Porém, uma coisa é clara, o termo sempre vai ser entendido como o processo de evolução e crescimento de algo. O conceito de desenvolvimento é pensado em sua maioria pelo viés economicista, onde se deve ter na renda o melhor parâmetro para analisar se uma sociedade é desenvolvida ou não. Porém o desenvolvimento não é e não deve ser uma questão meramente econômica, não deve ser restritivo ao Produto Interno Bruto ou pela industrialização, ele deve representar principalmente a mudança na qualidade de vida, deve satisfazer as necessidades de distribuição de renda, saúde, educação, ou seja, que sejam oferecidos serviços que ajudem na não limitação dos indivíduos e que a partir do desenvolvimento possa se fortalecer o social, pois sem o desenvolvimento social não há o econômico, pois um limita o outro (SACHS, 2001: ).

O Complexo Logístico Industrial Porto do Açú segundo o governo do estado representa o maior investimento realizado na história do norte fluminense. Com transações iniciadas desde a década de 1990 o plano teve suas negociações concretizadas em dezembro de 2006, iniciando as movimentações no local em 2007. O projeto iniciou com grupo EBX a partir da empresa LLX Logística S.A do empresário Eike Batista.

Fazia parte dos planos da EBX à construção de uma cidade planejada para abrigar os 50 mil trabalhadores esperados, e dessa forma desafogar e diminuir a pressão imobiliária da cidade de São João da Barra e Campos dos Goytacazes. Esses 50 mil trabalhadores esperados ultrapassam, e muito, os 32.747 habitantes contabilizados em São João da Barra, pelo Censo Demográfico de 2010 (IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 julho 2014.), e a estimativa populacional de 34.273 habitantes em 2014

O empreendimento previa o início de suas operações para o primeiro semestre de 2012, porém alguns imprevistos ocorreram e impossibilitaram a inauguração do mesmo. No final do ano de 2012 a empresa passou por uma crise financeira sem precedentes e vendeu ao grupo norte americano EIG a parte majoritária da empresa de logística LLX na qual o Porto do Açú estava vinculado. A partir disso a empresa alterou o nome de fantasia para PRUMO Logística Global para desvincular a empresa do grupo EBX.

Segundo o site da empresa PRUMO o Porto do Açú será uma das maiores plataformas logísticas do mundo em função de sua localização privilegiada: é relativamente perto da bacia petrolífera de Campos e também da bacia do Espírito Santo. Ele ainda servirá como porta para a importação e exportação de produtos da região Centro Oeste do Brasil. Ainda segundo o site da empresa o novo prazo para o início da operação do Porto do Açú é 2014 e prevê o funcionamento de dois terminais, um *on-shore* e outro *off-shore*. O Terminal *off-shore* conta com uma ponte de acesso com 3 quilômetros de extensão, píer de rebocadores, píer de minério de ferro, canal de acesso e bacia de evolução assim como nove berços para atracação de navios: quatro dedicados ao minério de ferro, terá capacidade para receber navios de grande

porte, como *Capesize* (220 mil toneladas) e *Very Large Crude Carrier* - VLCC (320 mil toneladas). O outro terminal, o Terminal *on-shore* conta com 6,5 km de extensão, 300 metros de largura e profundidade de até 14,5 metros. Com mais de 13km de cais o terminal também abriga uma área dedicada à indústria de suporte às operações de Exploração e Produção de óleo e gás (E&P) (PRUMO - Logística Global . 2014. Disponível em: [prumologistica.com.br/pt/superporto-do-acu](http://prumologistica.com.br/pt/superporto-do-acu) acesso em 31 de setembro de 2014)

Figura 2- Imagem do Complexo Logístico e Industrial Porto do Açú



Fonte: *web site* da LLX, acesso em . 31 de setembro de 2014 (PRUMO - Logística Global . 2014. Disponível em: [prumologistica.com.br/pt/superporto-do-acu](http://prumologistica.com.br/pt/superporto-do-acu) acesso em 31 de setembro de 2014)

O Porto foi projetado para ser um porto-indústria, com uma retroárea ampla onde serão instaladas empresas do campo *off-shore* da E&P, estaleiros base para tratamento de petróleo, termoeletricas, pátio logístico, plantas de pelotização de minério de ferro, polo metalomecânico, dentre outros. (RIMA- Relatório de Impacto Ambiental (LLX/ECOLOGUS/AGRAR, 2011). A previsão antecipada dos impactos que o porto poderá causar na cidade após seu funcionamento pleno é quase impossível.

### 3 O DIREITO DA HABITAÇÃO

A habitação é um direito de todos os indivíduos coberto pela lei nº 11.124 de 16 de julho de 2005 que garante o direito a terra urbanizada, a habitação sustentável e digna de forma a trazer a inclusão social das pessoas. Apesar de garantida pela Constituição Brasileira de 1988 (CRFB,1988) a questão da habitação é um dos mais graves problemas urbanos da atualidade.

A habitação além de ser uma estrutura física que proporciona a segurança adequada contra as intempéries tem que garantir as necessidades sociais já que serve como área de convivência entre indivíduos. Além disso, a habitação é considerada uma conquista de vida e possui muito mais que um valor comercial, assumindo relações subjetivas e sentimentais com seus moradores. Essa relação entre o indivíduo e a habitação muda de acordo com a classe social e, segundo Leffeld (1988), para cada grupo social a moradia possui diferentes significados. Por vezes a moradia diferencia as classes sociais pois uma casa pode representar a aplicação de recursos financeiros e ser a materialização do *status* social. Por outro lado, quem não possui recursos, a moradia possui a função de servir de forma funcional, sem grandes sofisticções.

Segundo Rykwert (2004) os problemas de habitação para pessoas de baixa renda começaram a ser descritos de forma mais sistemática na Inglaterra a partir da Revolução Industrial. Eles passam a ser mais notórios a partir do êxodo rural advindo do recente 'sucesso' das cidades indústrias e da concentração dos trabalhadores em moradias precárias, mal ventiladas e sem sistema de saneamento. Esses problemas da habitação, nas cidades industriais, se alastrou por toda a Europa posteriormente tendo os países tomado medidas significativas para que o problema fosse minimizado ou sanado.

No Brasil assim como na Inglaterra, o problema da habitação passou a ser mais observado a partir da industrialização e urbanização do país na década de 1950. A migração do campo para as cidades e a falta de

planejamento prévio e de infraestrutura para receber as pessoas e as moradias são os motivos mais referenciados para o agravamento da situação habitacional no país. Sendo assim, essa população migrante, que não possuía recursos suficientes para arcar com o custo do solo urbanizado, ocupou áreas periféricas ou áreas não indicadas para construção de moradias, a exemplo de encostas íngremes de morros, áreas alagadas, áreas não edificantes de rodovias, linhas de transmissão, ferrovias, dentre outras.

Segundo Furtado (2002) a habitação é algo tão básico e mesmo tão importante que se essa lacuna fosse resolvida outros problemas, como a pobreza, seriam de mais fácil resolução. Sendo a moradia uma mercadoria no modo de produção capitalista alguns indivíduos ficam a mercê do mercado imobiliário, não possuindo condições de adquirir sua habitação. Pensando nisso é dever do Estado garantir que esse direito seja exercido como exemplifica Arretche (1990) “(...) o acesso à moradia foi concebido como um direito de todos os cidadãos, cabendo ao Estado estabelecer políticas de natureza redistributiva daquele direito”.

Além de uma habitação digna e que cumpra seu papel social é importante que o indivíduo tenha o acesso a terra urbanizada com a infraestrutura adequada de saneamento, saúde, equipamentos culturais e coloque em prática, acima de tudo o seu direito a cidade, direito esse que segundo David Harvey:

É muito mais que a liberdade individual de ter acesso aos recursos urbanos: é um direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Além disso, é um direito coletivo, e não individual, já que essa transformação depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de fazer e refazer as nossas cidades, e a nós mesmos, é, a meu ver, um dos nossos direitos humanos mais preciosos e ao mesmo tempo mais negligenciados. (O Estadão. 2010. Disponível em <<http://revistapiaui.estadao.com.br>> acessado em 07 de setembro de 2014.)

A consolidação das necessidades habitacionais futuras em uma região envolve diversos passos que podem estar ou não relacionados com as mudanças sociais e econômicas de uma população. No caso de São João da

Barra é importante o acompanhamento das mudanças devido às novas dinâmicas econômicas e sociais impostas ao município pelo empreendimento do Porto do Açú. Mensurar a qualidade do parque habitacional do município é, então, uma necessidade para as políticas públicas e para o planejamento do município.

Nesses termos, um balanço habitacional aparentemente é simples de ser feito, subtrai-se o total de moradias existentes pelo total de famílias e se esse número for negativo haverá um déficit habitacional e quando o número de domicílios for maior que o número de família haverá um superávit habitacional. Entretanto, tal operação matemática trata-se de uma simplificação grosseira do problema já que uma parte expressiva de domicílios vagos, observados no estoque de edifícios brasileiros, pode ser de uso ocasional (segunda residência), reserva de aluguel ou ainda estar em ruínas ou em áreas de risco.

Para calcular quantos indivíduos estão em situação precária de habitabilidade utiliza-se de metodologias para estimativas do déficit habitacional, que pode ser entendido como um instrumento para avaliação e aplicação de programas habitacionais. Assim torna-se relevante no estudo do déficit habitacional e também o conceito de coabitação familiar, déficit habitacional e a inadequação das moradias.

Para a Fundação João Pinheiro – FJP (FJP, 2013), entidade responsável pela estimativa adotada pelo Governo Brasileiro como referência, o déficit habitacional é entendido como a necessidade direta de construções de novas habitações. Ainda pela FJP, a inadequação de moradias são casas já existentes que não oferecem condições saudáveis para os moradores, e, sobre as quais, o importante é a melhora na qualidade dos domicílios que já existem.

O conceito de déficit habitacional está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias. Engloba aquelas sem condições de serem habitadas devido à precariedade das construções ou em virtude de desgaste de estrutura física. Elas devem ser repostas. Inclui ainda a necessidade de incremento do estoque, devido à coabitação familiar forçada (...) moradores de baixa renda sem condições de suportar o pagamento de aluguel e aos que vivem em casas e apartamentos alugados com grande densidade de pessoas (Fundação João Pinheiro, 2007: 16).



Visando contribuir para a análise da estimativa do déficit habitacional várias metodologias foram propostas, como a da Fundação João Pinheiro. Um outro método foi proposto pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade, do Estado de São Paulo.

O Seade, calcula o déficit habitacional para o Estado de São Paulo com base na Pesquisa de Condições de Vida – PCV. Essa pesquisa se trata de um levantamento por amostragem de domicílios com a análise da qualidade de vida da população. Identificando quatro componentes principais: propriedade, aluguel, cessão e invasão (GENEVOIS; COSTA, 2001).

Ainda sobre metodologias para o cálculo do déficit habitacional segundo Givisiez *et al* (2006)

O *Instituto Nacional de Estadística y Censos* – Indec, da Argentina, em seus critérios para definir os domicílios com Necessidade Básicas Insatisfeitas – NBI, considera pelo menos uma das seguintes condições de inadequação: (1) adensamento excessivo; (2) domicílios denominados inconvenientes, como quarto de aluguel, domicílios precário e outro; (3) domicílios sem banheiro; (4) domicílios com crianças em idade escolar (6 a 12 anos) fora da escola; (5) domicílios que tenham quatro ou mais pessoas por membro ocupado e cujo chefe não tenha completado o terceiro ano de escolaridade primária. Embora os itens 4 e 5 não correspondam diretamente ao conceito básico de déficit, seriam úteis a políticas sociais que vislumbram domicílios vulneráveis (GIVISIEZ *et al* 2006: 222).

Gonçalves (1997) adota uma metodologia próxima à utilizada pela FJP, baseando-se nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, a PNAD. O déficit habitacional segundo o autor é avaliado a partir da precariedade das estruturas físicas das habitações (em virtude da depreciação ou da utilização de materiais improvisados ou não duráveis) da coabitação e ainda considerando três outros elementos referentes a necessidades habitacionais, a inadequação de saneamento básico, adensamento excessivo, e o comprometimento excessivo da renda com o pagamento de aluguel.

Segundo Azevedo e Araújo (2007) em uma análise crítica da metodologia desenvolvida pela Fundação Getúlio Vargas- FGV o conceito de déficit habitacional:

compreende duas dimensões do problema: a “coabitação” e a “inadequação estrutural” das moradias. Ambas buscam mensurar as necessidades de construções de novas moradias. De modo diverso, o modelo da FJP trabalha também o conceito de “inadequação de domicílios”. Ele parte do pressuposto que, em muitos casos, a melhor forma de enfrentar a questão habitacional é implementar políticas complementares e recorrentes às políticas habitacionais *stricto sensu*, e não, obrigatoriamente, construir mais unidades habitacionais. (AZEVEDO; ARAÚJO, 2007: 249)

De acordo com os autores metodologia desenvolvida pela FGV reduz a questão da habitação popular exclusivamente à necessidade de construção de novas residências

O IBGE tem calculado a "Adequação das Moradias" utilizando as variáveis abastecimento de água, esgoto sanitário, coleta de lixo e densidade de moradores em cada residência.

A demanda demográfica por moradias corresponde às unidades domiciliares que deverão ser construídas para atender as famílias que irão formar um novo domicílio. A demanda então é demográfica porque o pressuposto da necessidade é baseado em evento demográfico e o montante é estimado por meio de projeção populacional e modelo demográfico. (OLIVEIRA, GIVIZIEZ E RIOS- NETO, 2009). Os censos demográficos e as pesquisas domiciliares, entretanto, precisam fazer uma escolha para tornar viável a operacionalização desses amplos conceitos de família. O IBGE tem tentado apurar as formas de investigação sobre os novos arranjos familiares que, nos últimos anos tem tido expressivas mudanças.

É preciso, também, atentar para as mudanças ocorridas ao longo do tempo. As famílias da América Latina, assim como em outras partes do mundo, tem passado por grandes mudanças e por um rápido processo de transformação nas últimas décadas. As principais tendências que tem ocorrido são a redução do tamanho da unidade familiar, o descenso e o adiamento da nupcialidade, o aumento das uniões consensuais, das separações e divórcios, das famílias monoparentais, unipessoais e das famílias reconstituídas e a elevação do número de nascimento fora do casamento e a gravidez precoce (ARRIAGADA, 1997: 13).

#### 4 ABORDAGENS METODOLÓGICAS: A PESQUISA *SURVEY* E A AMOSTRAGEM

Neste trabalho de conclusão de curso serão estimados o déficit habitacional e a inadequação de moradias tendo como base de dados os microdados de um *survey* realizado em outubro de 2011, no município de São João da Barra, com amostra de 407 domicílios, que totalizou informações de 1254 indivíduos. Nesses termos, o método a ser utilizado na pesquisa é o estatístico. Este método permite obter representações simples de conjuntos complexos, e constatar se estas representações simplificadas possuem relações entre si (MARCONI e LAKATOS, 2009).

A seguir é apresentado o total de pessoas em cada distrito do município que foram entrevistados assim como o total de domicílios.

Tabela 1-  
Total de entrevistas realizadas no Município de São João da Barra

	<b>Pessoas Entrevistadas</b>	<b>Domicílios Entrevistados</b>
São João da Barra	367	120
Atafona	259	84
Grussaí	253	83
Cajueiro	6	2
Barcelos	144	47
Pipeiras	225	71
<b>Total de pessoas entrevistadas</b>		<b>1254</b>
<b>Total de pessoas entrevistadas</b>		<b>407</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do NEED

A técnica *survey* é semelhante aos censos demográficos, porém, esse método distingue-se justamente por sua característica amostral, na qual “as conclusões descritivas e explicativas obtidas pela análise são (...) generalizadas para a população da qual a amostra foi selecionada” (BABBIE, 1999, p. 77). O caráter amostral do *survey* é o que torna um método de pesquisa mais acessível, principalmente no que tange aos custos monetários e ao tempo despendido. Portanto, “o plano amostral de um *survey* torna-se “peça chave” para o bom desenvolvimento da pesquisa e, conseqüentemente, para uma boa representatividade da população.” (Grupo de estudos sobre política educacional e trabalho docente. 2014 Disponível em: <http://www.gestrado.org/>

acessado em 18 de novembro 2014). Segundo Babbie, (2003), em um *survey* todos os elementos do universo devem ter igual oportunidade de seleção. Outra vantagem desta técnica é a possibilidade de trabalhar com um grupo menor de entrevistadores o que garante um melhor treinamento e eficácia no campo.

A divisão territorial para aplicação da pesquisa de campo seguiu a divisão de setores censitários das áreas urbanas e rurais, segundo classificações do IBGE e para que isso ocorresse de forma mais ágil foi necessário à construção de uma base cartográfica para orientar os entrevistadores em campo. Os mapas eram obtidos em ferramenta *Web* desenvolvida pelo IBGE sobre a plataforma do *Google Maps* e a delimitação de cada setor foi processado manualmente de acordo com a divisão dos setores de acordo com os limites definidos pelo IBGE.

As áreas urbanas foram distribuídas para que cada entrevistador realizasse oito entrevistas em um dia. Dessa forma, os oito questionários foram organizados em envelopes que continham o perímetro do setor, sua descrição e o mapa da divisão territorial da região de abrangência daquele envelope. O número de entrevistas por setor foi proporcional ao número de domicílios de cada um deles, tomando com base o Censo demográfico de 2010.

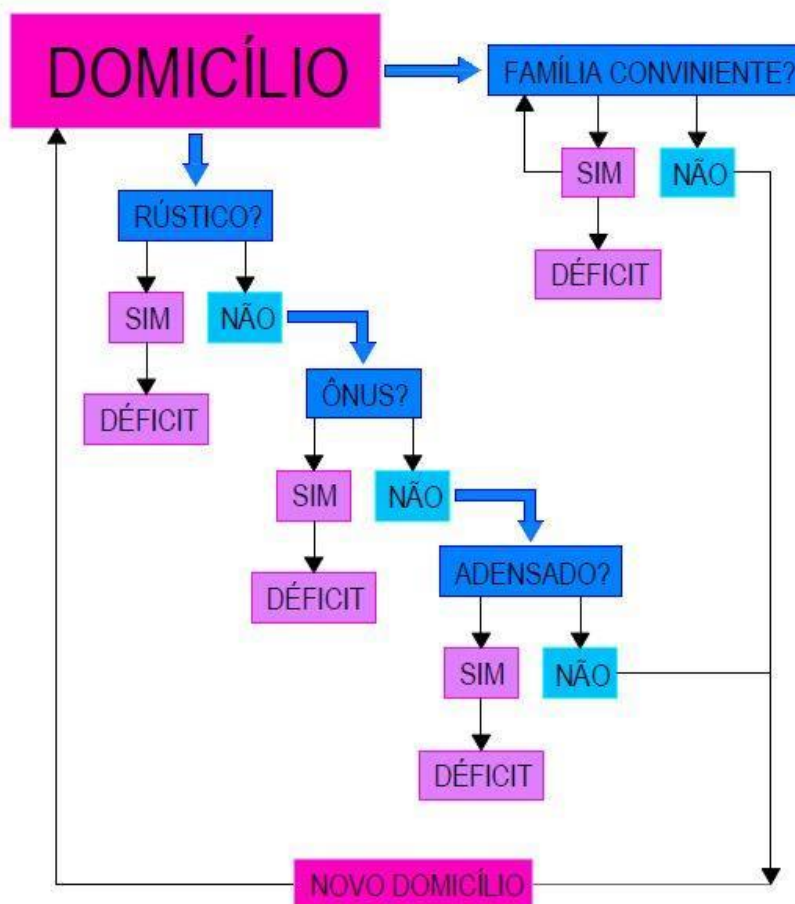
As áreas rurais foram todas agrupadas já que muitos setores não possuíam demanda para as entrevistas, A base cartográfica das áreas rurais também foi preparada de forma distinta, sendo confeccionada em uma escala maior para que agrupasse toda a área dos setores rurais. Apenas um entrevistador ficou responsável pelas áreas rurais e onze ficaram responsáveis pelas áreas urbanas.

O questionário, apresentado no anexo, foi desenvolvido para abordar, além de informações sobre o domicílio e residência, informações específicas sobre os moradores, como emprego, renda, escolaridade e percepção sobre o empreendimento do Porto do Açú.

A metodologia da Fundação João Pinheiro – FJP (2010) para o cálculo do déficit habitacional se baseia na soma de quatro componentes: domicílios

precários, coabitação familiar, o ônus excessivo com aluguel urbano e o adensamento excessivo de domicílios alugados. Os domicílios precários que são aqueles classificados como improvisados pelo IBGE e os rústicos, aqueles construídos com materiais rústicos a exemplo de madeira não aparelhada, materiais reaproveitados, dentre outros. A coabitação familiar é detectada quando se observam mais de uma família que desejam constituir um novo domicílio mas que compartilham as instalações residenciais com outra família ou no caso de cômodos alugados e cedidos. O ônus excessivo com aluguel é contabilizado quando o aluguel do imóvel é superior a 30% da renda familiar, para os casos de famílias com renda inferior a três salários mínimos. Por fim, o adensamento excessivo se aplica aos domicílios com mais de três moradores por dormitório. A metodologia aplicada neste trabalho foi adaptada dessa original descrita por FJP (2010) para se adequar aos dados disponíveis no *survey* utilizado como base de dados. A seguir é apresentado uma fluxograma de uma adaptação do cálculo do déficit habitacional e inadequação de moradias a partir da metodologia oferecida pela FJP (2013)

Figura 3  
Fluxograma para o cálculo do déficit habitacional e inadequação de moradias.



Fonte: Adaptado pela autora a partir de Fundação João Pinheiro, 2013.

Como o objetivo específico desse trabalho é identificar se existe uma relação entre o déficit habitacional com o sexo, a renda dos munícipes e ainda com a migração<sup>2</sup>. Para isso foi utilizado o método estatístico do Qui-quadrado de Pearson que avalia quantitativamente a relação entre o resultado de um experimento e o que esperado dele. Quando Qui-quadrado for inferior a 0,05 é possível afirmar que existe 95% de probabilidade de existir associação entre as duas variáveis.

<sup>2</sup> Para a identificação desse migrante foi utilizado o quesito sobre o município de nascimento do entrevistado

A inadequação domiciliar por sua vez é caracterizada por aquelas residências que apresentam condições de serem ocupadas mas que possuem alguma limitação de serviços públicos, a exemplo do abastecimento de água, destinação inadequada de efluentes, coleta de resíduos e energia elétrica.

## 5 RESULTADOS

### 5.1 COMPONENTES PARA O DÉFICIT HABITACIONAL

#### 5.1.1 Domicílios Precários

Inicialmente foram analisados dados que levassem a conclusões sobre o componente de domicílios precários que segundo a Fundação João Pinheiro leva em consideração o cálculo de outros dois subcomponentes, o de domicílio improvisado e rústico.

Os domicílios improvisados são aqueles locais que são utilizados como moradia, mas não possuem originalmente essa função. Pela definição do IBGE, os domicílios improvisados são aqueles situados em ambientes não destinados exclusivamente à moradia, tais como: barraca, loja, sala comercial prédios em construção, embarcação, etc (IBGE. 2014. Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados\\_preliminares/tabelas\\_adicionais.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares/tabelas_adicionais.pdf)> Acessado em 15 de novembro 2014). Esse item não foi contemplado pelo *survey* impossibilitando o cálculo do mesmo para o município.

Na tabela a seguir é apresentado o material de revestimento das paredes nos domicílios do município de São João da Barra. Os domicílios considerados rústicos, por tanto impróprios para a moradia, levam em consideração o material de revestimento das paredes. Foram considerados insalubres aquelas residências sem revestimento nas paredes internas. Foi constatado que, em São João da Barra, 87% das casas possui esse revestimento, calcificando a moradia como adequada nesse quesito.



Tabela 2  
Material de revestimento das paredes. São João da Barra, 2010 e 2011.

Revestimento	CENSO (%)	NEED (%)
Alvenaria com revestimento	90	87
Alvenaria sem revestimento	8	12
Outros	2	1
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do NEED e IBGE.

Na tabela três foi apresentado o material a cobertura das habitações pesquisadas. Apesar da Fundação João Pinheiro não levar em consideração esses dados para o cálculo da inadequação dos domicílios, esses dados são importantes para o enriquecimento desse trabalho e disponíveis no *survey* realizado. As moradias classificadas como adequadas foram aquelas que tinham cobertura de telha, laje de concreto ou madeira, já que oferecem a proteção necessária para os indivíduos. É possível perceber então que 11,4% dos domicílios não estão aptos a receber famílias por não possuírem esse materiais em suas coberturas.

Tabela 3  
Cobertura das habitações. São João da Barra, 2011

Cobertura das habitações	(%)
Telha cerâmica	53,5
Telha fibrocimento	20,9
Telha reaproveitada	0,7
Laje (sem telhado) impermeabilizada	13,6
Laje (sem telhado) rústica	10,7
Não determinada	0,6
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do NEED e IBGE.

Na tabela quatro foi computado o tempo de construção e as afetações do domicílio, também não presentes na metodologia da Fundação João Pinheiro. A partir desses dados é possível observar que cerca de 64,11% dos domicílios possui algum tipo de comprometimento na habitação, como umidade e abafamento, rachaduras, lascas ou aço exposto. Como esperado casas consideradas mais antigas possuem mais problemas de desgaste.

Tabela 4  
Tempo estimado de construção e avarias do domicílio. São João da Barra, 2011

Tempo de construção	Avarias na moradia			
	Umidade/ abafamento	Rachadura/ lascas	Aço exposto	Nenhum
10 anos	14	13	0	83
20 anos	16	22	1	50
30 anos	7	17	0	29
40 anos	12	33	0	41
Não identificado	13	11	0	45
<b>TOTAL</b>	<b>62</b>	<b>96</b>	<b>1</b>	<b>248</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do NEED e IBGE.

### 5.1.2 Coabitação familiar

É de se esperar que toda nova família tenha a perspectiva de possuir sua própria habitação. Segundo a FJP a variável de coabitação familiar compreende aquelas famílias conviventes secundárias que querem construir um domicílio exclusivo. “Para quantificar as famílias em domicílios secundários, os técnicos da FJP calculam a diferença entre o número de domicílios particulares, obtendo, dessa forma o número de famílias que dividem com outras uma mesma moradia” (GENEVOIS 2001). Esse componente é separado por cômodos e famílias conviventes.

#### 5.1.2.1 Cômodos

Segundo a definição do IBGE, os cômodos são domicílios particulares compostos por um ou mais aposentos localizados em casa de cômodo, cortiço, cabeça de porco, entre outros.

Para o cálculo desse subcomponente são utilizadas duas variáveis, o tipo de espécie da unidade visitada (casa de cômodo, cortiço, cabeça de porco entre outros) e a condição da habitação, se é próprio de algum morador e já pago, próprio de algum morador e ainda em pagamento, alugado, cedido de outra forma, ou outra condição. “É necessário que haja a combinação dessas duas variáveis para que a habitação seja um cômodo e que ele seja próprio, alugado, cedido (exceto cedido pelo empregador) ou que tenha outra condição de ocupação” (Fundação João Pinheiro, 2013). No *survey* em que está

pesquisa foi baseada não foi contemplada a variável de tipo de unidade visitada.

Apresenta-se na tabela cinco a inadequação fundiária urbana com, mais uma vez, comparando nosso resultado com o do CENSO 2010. Percebe-se assim, em ambos os resultados que cerca de 80% dos pesquisados tem como condição seu imóvel próprio e já quitado.

Tabela 5

Condição de ocupação do domicílio. São João da Barra, 2010 e 2011

Condição	CENSO 2010 (%)	NEED (%)
Próprio- já pago	77	80
Próprio- ainda pagando	0,5	1
Alugado	14	12
Cedido	8	7
Outra condição	1	X
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do NEED e IBGE.

#### 5.1.2.2 Famílias conviventes

Para a FJP destacam-se dois aspectos para o cálculo do número de famílias conviventes. O primeiro caracteriza-se por identificar as famílias conviventes que residem no mesmo domicílio e que possuam parentesco de primeiro grau. O segundo é identificar as famílias que pretendem constituir um novo domicílio. No *survey* realizado foi contemplado o tipo de parentesco de todos os membros da família domiciliar, mas não foram identificadas as famílias conviventes. Nesse caso, o total de famílias convivente foi estimada por meio de uma pergunta direta prevista no *survey* assim como o principal motivo pelo qual as famílias vivem juntas, e se existe ou não a intenção da família secundária formar um novo domicílio.

Na tabela seis apresenta-se a proporção de famílias conviventes considerada como componente na metodologia do cálculo do déficit habitacional na categoria de coabitação familiar. No município de São João da Barra percebe-se que a proporção de famílias conviventes é de 7% enquanto as casas com apenas uma família residindo chega a 92% dos pesquisados.

Tabela 6  
Proporção de famílias conviventes e intenção de a família convivente formar um novo domicílio. São João da Barra, 2011

Famílias conviventes	(%)	Há a intenção dessa família se mudar?	
Sim	7,1	Sim	4,2
		Não	2,9
Não	92,0		
Não respondeu	0,9		
<b>Total</b>	<b>100,0</b>		

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do NEED e IBGE.

Ainda na tabela seis é apresentada a frequência de intenção de a família secundária constituir um novo domicílio, percebe-se que do total de 7,1% contabilizado na tabela 4,2% tem a pretensão de formar um novo domicilio caracterizando-se assim como caso de déficit habitacional.

Na tabela sete é apresentado o principal motivo pelo qual as famílias vivem em coabitação. Do total de 7,1% das famílias secundárias 3,2% declaram estarem nessa situação por motivos financeiros. Outros 1,5% declararam ser por vontade própria e 2,2% por outros motivos.

Tabela 7  
Principal motivo para a coabitação familiar. São João da Barra, 2011

Principal motivo para a coabitação familiar	(%)
Não se aplica	92,6
Financeiro	3,2
Saúde	0,2
Vontade própria	1,5
Outro motivo	2,2
Não respondeu	0,2
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do NEED e IBGE.

### 5.1.3 Ônus excessivo com aluguel

A FJP contabiliza o comprometimento excessivo da renda com aluguel correspondendo às famílias que recebem até três salários mínimos e moram em um domicilio alugado, onde para custeá-lo gastam 30% ou mais do total da sua renda total.

Segundo Lehfeld (1988) boa parte da população brasileira almeja ter sua casa própria, o fenômeno da casa de aluguel é representativo em cidades que receberam um fluxo migratório significativo o que, ao menos por enquanto, não está representado em São João da Barra.

Na tabela quatorze apresentamos os dados da proporção de famílias com ônus excessivo no aluguel. Percebe-se assim, que do total de famílias com renda de até três salários mínimos que vivem em casas alugadas, cerca de 4,42% gastam mais do que poderiam com aluguel, caracterizando déficit habitacional.

Tabela 8  
Proporção de famílias com Ônus excessivo com aluguel

Ônus excessivo com aluguel	(%)
Não	1,71%
Sim	4,42%
<b>Total de casas alugadas</b>	<b>6,14%</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do NEED e IBGE.

#### 5.1.4 Adensamento excessivo de domicílios

Desde o ano de 2008 a FJP incorporou o adensamento excessivo de domicílios ao cálculo do déficit habitacional. Assim, o número máximo para moradores por dormitório seria três. Na tabela quinze estão representados os domicílios alugados com adensamento excessivo de pessoas por dormitório, representado pela média de três ou mais pessoas por dormitório. Foram encontrados no total de domicílios alugados nove domicílios nesse estado

Tabela 9  
Domicílios alugados com adensamento excessivo por dormitório.

Pessoas por dormitório	Frequência
3 pessoas	6
4 pessoas	2
5 pessoas	1
<b>Total</b>	<b>9</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do NEED e IBGE.

## 5.2 COMPONENTES DA INADEQUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS

Para que o domicílio seja adequado para moradia precisa ter estruturas básicas como energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo. Assim considera-se o domicílio inadequado quando percebe-se a falta de um desses componentes.

Na tabela oito está representado o tipo de abastecimento de água para as habitações em São João da Barra sendo elas: Rede geral, Poço ou nascente, Carro pipa ou Outras. Percebe-se que a maior parte das habitações possui abastecimento de água fornecida pela rede de distribuição pública (71%) confrontado com 29% de outras alternativas de abastecimento de água.

Tabela 10  
Tipo de abastecimento de água. São João da Barra, 2011.

Abastecimento de água	CENSO (%)	NEED (%)
Rede geral	72,0	71,0
Poço ou nascente	27,0	28,0
Carro pipa	0,2	0,7
Outra	0,2	0,3
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do NEED e IBGE.

Esse resultado caracteriza que boa parte da população são-joanense possui rede de abastecimento de água, porém outros 27,4% são caracterizados como déficit por não disporem desse serviço.

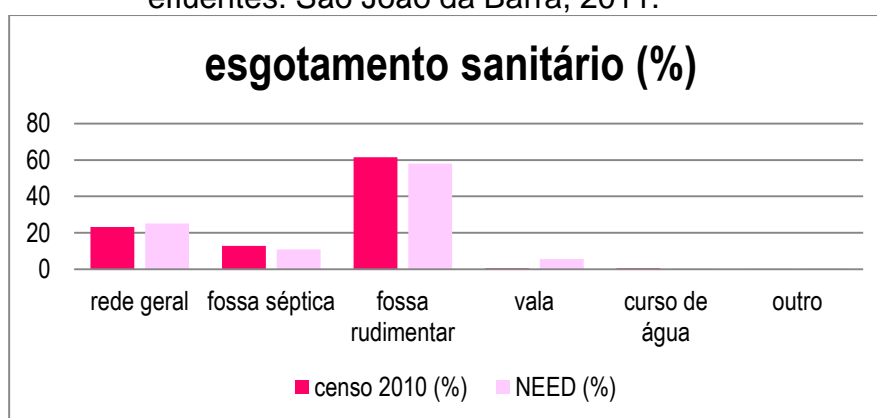
Na tabela nove é identificado o tipo de esgotamento sanitário no município em 2011 e foram considerados como adequadas aquelas moradias com esgotamento sanitário feito em rede pública ou que possuíam fossa séptica. É possível perceber que mais da metade das residências nesse quesito se enquadram no caso de déficit por não possuírem um esgotamento sanitário categorizado como Rede Geral ou Fossa Séptica. Dessa forma, aproximadamente 65% dos domicílios foram caracterizados como inadequados por falta de infraestrutura nesse quesito.

Tabela 11  
Tipo de esgotamento sanitário. São João da Barra, 2011.

Esgotamento Sanitário	(%)
Rede geral	25,1
Fossa séptica	10,8
Fossa rudimentar	58,0
Fossa não determinada	5,7
Córrego, rio ou curso d'água	0,2
Outra	0,2
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do NEED e IBGE.

Imagem 4- Proporção de domicílios segundo o tipo de destinação dos efluentes. São João da Barra, 2011.



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do NEED e IBGE.

Na tabela dez foi computado o tipo de distribuição de energia elétrica. Pelos dados da frequência é possível observar que 99,3% dos domicílios tem energia elétrica distribuída por rede geral.

Tabela 12  
Tipo de energia elétrica. São João da Barra, 2011.

Energia Elétrica	(%)
Rede geral	99,3
Produzida pela comunidade	0,5
Painéis solares	0,2
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do NEED e IBGE

A tabela onze os dados mostram o destino do lixo, se é queimado ou enterrado na propriedade, coletado diretamente ou coletado indiretamente. Considerando como adequado apenas a coleta regular de lixo, de forma direta ou indireta, 93,1% dos domicílios no município podem ser considerados adequados nesse quesito.

Tabela 13

Tipo de destino do lixo. São João da Barra, 2011

Destino do Lixo	(%)
Queimado ou enterrado na propriedade	2,2
Coletado diretamente	93,1
Coletado indiretamente	4,7
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do NEED e IBGE.

### 5.3 DOMICÍLIOS SEM UNIDADE SANITÁRIA DOMICILIAR EXCLUSIVA

A tabela doze apresenta o total de banheiros nas residências e ainda qual é a localização do mesmo, se é dentro ou fora do domicílio. Com os resultados observamos que a maioria das casas possui apenas um banheiro e em sua maioria está instalado dentro da habitação. Banheiros ou sanitários de uso exclusivo da família não classificam a moradia como inadequada.

Tabela 14

Total de Banheiros, segundo a localização do banheiro no domicílio. São João da Barra

Banheiros	Dentro do domicílio	No terreno
1	269	4
2	85	0
3	18	0
4	3	0
5	3	0
<b>Total</b>	<b>378</b>	<b>4</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do NEED e IBGE.

Na tabela treze é apresentado o total de inadequações dos domicílios com alguma carência em infraestrutura, todas essas, citadas anteriormente.



Tabela 15  
Déficit habitacional por inadequação de moradias

	Frequência	Porcentagem
Nenhuma inadequação	130	31,9%
Uma inadequação	175	43,0%
Duas inadequações	93	22,9%
Três inadequações	9	2,2%
<b>Total</b>	<b>407</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do NEED e IBGE.

#### 5.4 DÉFICIT HABITACIONAL POR COMPONENTES]

Em São João da Barra o percentual de domicílios precários é de 70, 9%, o mais expressivo dentre os componentes do déficit habitacional, conforme dados das tabelas 16 e 17. Esse componente compromete 288 unidades domiciliares das 407 pesquisadas no *survey*. O adensamento excessivo de dormitórios em domicílios alugados corresponde ao componente menos expressivo no município, afetando apenas 0,45% ou seja, apenas 9 das habitações totais.

Tabela 16  
Déficit Habitacional por componentes de domicílios em São João da Barra  
2011

Especificação	Precários		Ônus	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Apropriados	118	29,10%	368	90,40%
Impróprios	288	70,90%	39	9,60%
<b>Total</b>	<b>406</b>	<b>100%</b>	<b>407</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do NEED e IBGE

Tabela 17  
Déficit Habitacional por componentes de domicílios em São João da Barra  
2011

Especificação	Coabitação		Adensamento	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Apropriados	389	95,60%	398	99,55%
Impróprios	17	4,20%	9	0,45 %
<b>Total</b>	<b>406</b>	<b>99,80%</b>	<b>407</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do NEED e IBGE

Em que pese a pequena proporção de domicílios classificados como déficit, a tabela 18 apresenta a estimativa final das inadequações em São João da Barra no ano de 2011. Nota-se que apenas 24,6% das habitações possuem estrutura adequada. O restante das moradias (74,4%) carecem de pelo menos 1 item que para serem considerados adequados.

Tabela 18  
Déficit Habitacional total em São João da Barra 2011

Déficit	Frequência	Porcentual
Nenhum componente	100	24,60%
Um componente	156	38,30%
Dois componentes	115	28,30%
Três componentes	31	7,60%
Quatro componentes	3	0,70%
<b>Total</b>	<b>405</b>	<b>99,50%</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do NEED e IBGE

Nas tabelas 19, 20 e 21 apresenta-se os resultados obtidos no cálculo do Qui-quadrado do *survey* em São João da Barra, relacionando com sexo do chefe, migrante e renda respectivamente. A partir desses resultados é possível observar, que para essa amostra não há indícios que exista relação entre sexo do chefe e o déficit habitacional. Porém, a proporção de domicílios chefiados por mulheres que foram considerados como déficit é maior que o de homens. Poder-se-ia supor que se a amostra do *survey* fosse maior essa relação tivesse resultados estatisticamente significantes. É comum o relato de que domicílios chefiados por mulheres são mais vulneráveis, uma vez que parte dessas mulheres arcam com as despesas de manutenção dos filhos.

Tabela 19  
Déficit Habitacional total em São João da Barra 2011

Sexo		Homens	Mulheres	Total
Não Déficit	Contagem	52	48	100
	% dentro do Déficit	52,00%	48,00%	100,00%
Déficit	Contagem	132	173	305
	% dentro do Déficit	43,30%	56,70%	100,00%
<b>Total</b>	<b>Contagem</b>	<b>184</b>	<b>221</b>	<b>405</b>
	<b>% dentro de déficit</b>	<b>45,40%</b>	<b>54,60%</b>	<b>100,00%</b>

Nota: Qui-quadrado de Pearson = 18,071 (sig= 0,128)

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do NEED e IBGE

No âmbito da migração não foi encontrado nenhuma relação entre as variáveis. Podemos dizer assim, que os migrantes que vieram trabalhar no

porto ou que por outras razões foram morar em São João da Barra não se encontram em situação de moradias mais precárias de quem nasceu no município.

Tabela 20  
Déficit Habitacional total em São João da Barra 2011

<b>Migrante</b>		<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Total</b>
Não Déficit	Contagem	62	38	100
	% dentro do Déficit	62,00%	38,00%	100,00%
Déficit	Contagem	195	110	305
	% dentro do Déficit	63,90%	36,10%	100,00%
<b>Total</b>	<b>Contagem</b>	<b>257</b>	<b>148</b>	<b>405</b>
	<b>% dentro de déficit</b>	<b>63,50%</b>	<b>36,50%</b>	<b>100,00%</b>

Nota: Qui-quadrado de Pearson = 18,071 (sig= 0,727)

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do NEED e IBGE

A tabela 22 indica que os domicílios com renda até 3 salários mínimos tem residências mais comumente afetadas pelas inadequações do déficit habitacional do que aqueles que ganham mais de três salários. Esse fator pode ser relacionado com a possibilidade de quem ganha mais ter mais facilidade de manter a moradias dentro de parâmetros de salubridade. Nesse caso, a significância estatística do teste do Qui-quadrado indica que existe relação estatística entre a renda e o déficit habitacional.

Tabela 21  
Déficit Habitacional total em São João da Barra 2011

<b>Renda</b>		<b>0 a 3 Salários</b>	<b>6+ Salários</b>	<b>Total</b>
<b>Não Déficit</b>	Contagem	70	28	98
	% do Total	17,40%	7,00%	24,40%
<b>Déficit</b>	Contagem	271	33	304
	% do Total	67,40%	8,20%	75,60%
<b>Total</b>	<b>Contagem</b>	<b>341</b>	<b>61</b>	<b>402</b>
	<b>% dentro de déficit</b>	<b>84,80%</b>	<b>15,20%</b>	<b>100,00%</b>

Nota: Qui-quadrado de Pearson = 18,071 (sig=0,000)

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do NEED e IBGE

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

São João da Barra possui muitos domicílios considerados inadequados principalmente pelo fato de o município não possuir rede de esgoto. Quase todas as residências (64,1%) não tem acesso à rede geral ou despeja seus efluentes de forma inadequada. Quem possui condições utiliza-se da fossa séptica (10,8%) que não é a maioria. Esse fato faz com que a inadequação de domicílio atinja a quase todos os indivíduos.

É possível destacar ainda que apenas 31,9% das habitações não possui necessidade de substituição da moradia, melhoramento da estrutura interna (banheiro exclusivo) ou necessidade de melhor estrutura de serviços públicos (tipo de energia elétrica, tipo de esgotamento sanitário, destino do lixo, e tipo de abastecimento de água). Os outros 68,1% possuem uma ou mais inadequações nas moradias. Esse valor se mantém alto devido principalmente às taxas de esgotamento sanitário que na maior parte do município não são adequadas e nem oferecidas devidamente pelo Estado.

Ficou confirmado pelo trabalho que não há relação entre o déficit habitacional e a migração, pelo menos nos critérios adotados neste trabalho. Ou seja, os nascidos em outros municípios não possuem habitações menos salubres em comparação com aqueles que ali não nasceram. No caso da renda encontrou-se uma relação que explica-se pelo fato de que quem tem maior renda tem acesso a melhores infraestruturas dentro da residência e condições de ocupar terrenos com melhores estruturas urbanas. Domicílios com renda familiar de até 3 salários mínimos são mais afetados pelas componentes do déficit habitacional dos que ganham mais de três salários. Na relação déficit e sexo com a amostragem fornecida pelo *survey* não foi encontrada associação estatística, porém outros estudos, com amostras maiores, podem detectar essa associação uma vez que domicílios chefiados por mulheres são frequentemente associados a situação socioeconômica mais vulnerável e que reflete em dificuldade na manutenção do domicílio em condições de habitabilidade.

Os impactos que o município de São João da Barra estará exposto são imprevisíveis e, nesse sentido, o monitoramento das transformações deve ser constante. Contudo, mesmo estas análises iniciais demonstram que alguns pontos merecem destaque e indicam fenômenos que podem se tornar mais complexos no futuro.

No que tange a habitação, o município deve estar preparado para receber imigrantes que de certo terão o município como destino. O esforço público, nesse caso, deve ser traduzido em políticas habitacionais voltadas principalmente para as populações de baixo poder aquisitivo.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARRETCHE, Marta. **Intervenção do Estado e setor privado: o modelo brasileiro de políticas habitacionais**. Revista Espaço e debate. N 31. P 21-26. 1990

ARRIAGADA, I. **Políticas sociales, familia y trabajo en la America Latina de fin de siglo. Serie Políticas Sociales**, Santiago do Chile, n. 21, ONU/ CEPAL, 1997.

AZEVEDO, Sérgio de; ARAÚJO, Maria Bernadette **Questões metodológicas sobre o “déficit habitacional”: o perigo de abordagens corporativas**. Cadernos metrópole; 17 pp. 241-255; 2007

BABBIE, Earl; **Métodos de Pesquisa de Survey**; Minas Gerais: Ed da UFMG, 2003.

FURTADO, Celso **.Em busca de um novo modelo – reflexões sobre a crise contemporânea**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.. Pp 17-19

GENEVOIS, Marie Louise Bulhões PEDREIRA; Costa, Olavo Viana. **Carência Habitacional E Déficit De Moradias: Questões Metodológicas**. São Paulo Perspect.[online]. 2001, vol.15, n.1, pp. 73-84. ISSN 0102-8839.

GIVISIEZ, Gustavo Henrique Naves; RIOS-NETO, Eduardo Luiz Gonçalves; SAWYER, Diana. **Projeção da demanda demográfica por domicílios: aplicação da metodologia das taxas de chefia baseada em modelos de idade-período-coorte**. Demografia dos negócios. Campinas: ABEP, 2006.

GONÇALVES, Robson R.. **Déficit habitacional no Brasil: uma estimativa a partir dos dados da PNAD-1995**. Nova Economia; Belo Horizonte; v. 7; n. 1; maio 1997.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. **O território em tempos de globalização**. Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas. , nº 2 (4), vol. 1. 15 de Agosto de 2007

LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Uma abordagem populacional para um problema estrutural: a habitação**. Ed Vozes. Ed. 1. 1988

LIMA, Luiz Cruz, BATISTA, Francisca Gonçalves. **O porto na nova organização da produção mundial**. EGAL, USP, SP, 2005.

LLX – Açúcar operações portuárias S/A. EIA – Estudo de impacto ambiental do pátio logístico e operações portuárias – Porto do Açúcar. Rio de Janeiro: Ecologus – Ecologus Engenharia Consultiva Ltda, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINISTÉRIO DAS CIDADES; **Déficit habitacional no Brasil 2007**. Minas Gerais; 2007 PAZ, TERRA. Em busca de um novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea, 2º ed, Rio de Janeiro, 2002. Pp 17-19

MONIÉ, Frédéric **Globalização, modernização do sistema portuário e relações cidade/porto no Brasil**. In: Silveira, M. R. (org.). Geografia dos transportes, circulação e logística no Brasil. São Paulo: Outras Expressões, pp. 229-330, 2011.

MONIÉ, Frédéric; SILVA, Gerardo (Orgs.). **A mobilização produtiva dos territórios. Instituições e logística do desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MONIÉ, Frédéric; VASCONCELOS, Flavia Nico. **Portos, cidades e regiões: novas problemáticas, abordagens renovadas**. *Confins* [En ligne], 15- 2012, mis en ligne le 23 juin 2012.

MONIÉ, Frédéric; VIDAL, Soraia Maria do S. C. **Cidades, portos e cidades portuárias na era da integração produtiva**. Rio de Janeiro: RAP, 2006.

PEYRELONGUE, C. M. **El puerto y la vinculación entre lo local y lo global: EURE (Santiago)**. [online]. EURE (Setembro) v.25 n.75. 1999. Disponível em: <http://www.redalyc.com>. Acesso em 20 de Setembro de 2014.

PIQUET, Rosélia; SERRA, Rodrigo (org). **Petróleo e região no Brasil: o desafio da abundância**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

RYKWERT, Joseph. **A sedução do Lugar – A história e o futuro das cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SACHS, Ignacy, LAGES, Vinícios Nobre. **Capital social e desenvolvimento: novidade pra quem?** Conferencia regional sobre capital social y pobreza. CEPAL y Universidad Del Estado de Michigan. Santiago, Chile 24 a 26 de septiembre.

SOFFIATI, A. **Parque Nacional do desengano: história, economia e sociedade**. Boletim do Observatório Ambiental Alberto Lamego, v3, n 1, p 51 a 106. 2009

TERRA, Denise Cunha Tavares; OLIVEIRA, Elzira Lúcia de; GIVISIEZ, Gustavo Henrique Naves. **Mercado de trabalho formal no norte do Rio de Janeiro: impacto da implantação do Complexo Portuário do Açú. VÉRTICES**, Campos dos Goytacazes/ RJ, v.14, n. Especial 1, p. 63-82, 2012

ZULO, Lívia Soares Nunes. **Produção habitacional para a classe média baixa em Campos dos Goytacazes: Repercussões do programa minha casa minha vida**. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes- RJ. 2014.

Disponível em <<http://revistapiaui.estadao.com.br>> acessado em 07 de setembro de 2014.

Disponível em <<http://www.ibge.org.br/>> acessado em 10 de outubro de 2014.

Disponível em <<http://www.prumologicaglobal.com.br/>> acessado em 10 de outubro de 2014.

8 Anexo


**Universidade Federal Fluminense**  
 Departamento de Geografia dos Geógrafos  
 Instituto de Planejamento Regional e  
 Gestão de Cidades  
 Rua Passo da Pátria, 151 - Maricá, RJ


**UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES**  
 Instituto de Planejamento Regional e  
 Gestão de Cidades


**NEED**  
 Níveis de Estado em Espaço e Demografia

**LPDES**  
 Levantamento Periódico de  
 Dados Econômicos e Sociais

**Resumo de informações**  
 Nome do estabelecimento econômico: \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_  
 CNPJ: \_\_\_\_\_  
 Data de criação: \_\_\_\_\_  
 Natureza jurídica: \_\_\_\_\_  
 Faturamento anual: \_\_\_\_\_  
 Número de funcionários: \_\_\_\_\_  
 Tipo de atividade econômica: \_\_\_\_\_  
 CNAE: \_\_\_\_\_  
 Código de classificação econômica: \_\_\_\_\_  
 Município: \_\_\_\_\_  
 Estado: \_\_\_\_\_

**Identificação do questionário**  
 Extrato: \_\_\_\_\_ Data Extrato: \_\_\_\_\_  
 Critério: \_\_\_\_\_ Hora Extrato: \_\_\_\_\_  
 Digitação (1): \_\_\_\_\_ Código Territorial: \_\_\_\_\_  
 Digitação (2): \_\_\_\_\_ Nº questionário: \_\_\_\_\_

Rua José de Patrocínio, 71 - Centro  
 Campos dos Goytacazes - RJ - Brasil  
 CEP: 28215-010  
 Telefone: 011 22 2733-4340

**NEED** Níveis de Estado em Espaço e Demografia

**DOMICÍLIO**

**1. Identificação dos moradores e características do domicílio**

1.1. Possui o estabelecimento de produção?  Sim  Não

1.2. Possui o estabelecimento de prestação de serviços?  Sim  Não

1.3. Possui o estabelecimento de comércio?  Sim  Não

1.4. Possui o estabelecimento de educação?  Sim  Não

1.5. Possui o estabelecimento de saúde?  Sim  Não

1.6. Possui o estabelecimento de recreação?  Sim  Não

1.7. Possui o estabelecimento de cultura?  Sim  Não

1.8. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não

1.9. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não

1.10. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não

1.11. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não

1.12. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não

1.13. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não

1.14. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não

1.15. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não

1.16. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não

1.17. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não

1.18. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não

1.19. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não

1.20. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não

**NEED** Níveis de Estado em Espaço e Demografia

**DOMICÍLIO**

2.1. Possui o estabelecimento de produção?  Sim  Não

2.2. Possui o estabelecimento de prestação de serviços?  Sim  Não

2.3. Possui o estabelecimento de comércio?  Sim  Não

2.4. Possui o estabelecimento de educação?  Sim  Não

2.5. Possui o estabelecimento de saúde?  Sim  Não

2.6. Possui o estabelecimento de recreação?  Sim  Não

2.7. Possui o estabelecimento de cultura?  Sim  Não

2.8. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não

2.9. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não

2.10. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não

2.11. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não

2.12. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não

2.13. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não

2.14. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não

2.15. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não

2.16. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não

2.17. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não

2.18. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não

2.19. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não

2.20. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não

**NEED** Níveis de Estado em Espaço e Demografia

**DOMICÍLIO**

3.1. Possui o estabelecimento de produção?  Sim  Não

3.2. Possui o estabelecimento de prestação de serviços?  Sim  Não

3.3. Possui o estabelecimento de comércio?  Sim  Não

3.4. Possui o estabelecimento de educação?  Sim  Não

3.5. Possui o estabelecimento de saúde?  Sim  Não

3.6. Possui o estabelecimento de recreação?  Sim  Não

3.7. Possui o estabelecimento de cultura?  Sim  Não

3.8. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não

3.9. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não

3.10. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não

3.11. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não

3.12. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não

3.13. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não

3.14. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não

3.15. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não

3.16. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não

3.17. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não

3.18. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não

3.19. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não

3.20. Possui o estabelecimento de outros?  Sim  Não



NEED - Nível de Estado e Bem-Estar da Pessoa

**DOMICÍLIO 1.4**

Nome do morador	Sexo	Etnia	Idade	Situação de habitação	
				Próprio	Alugado
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					
23					
24					
25					
26					
27					
28					
29					
30					
31					
32					
33					
34					
35					

1. Qual a principal atividade exercida pelo morador no domicílio? (Código de atividade econômica)

2. Há mais de seis meses morando em seu domicílio ou em algum outro endereço no domicílio?

3. Qual a principal atividade exercida pelo morador no domicílio nos últimos seis meses?

4. Quais as atividades exercidas pelo morador nos últimos seis meses para complementar a renda familiar?

5. Há mais de seis meses morando em seu domicílio ou em algum outro endereço no domicílio?

6. Qual a principal atividade exercida pelo morador no domicílio nos últimos seis meses?

7. Há mais de seis meses morando em seu domicílio ou em algum outro endereço no domicílio?

8. Qual a principal atividade exercida pelo morador no domicílio nos últimos seis meses?

9. Há mais de seis meses morando em seu domicílio ou em algum outro endereço no domicílio?

10. Qual a principal atividade exercida pelo morador no domicílio nos últimos seis meses?

**LISTA DE MORADORES**

NEED - Nível de Estado e Bem-Estar da Pessoa

**PESSOA DE REFERÊNCIA 1.5**

1. Características gerais

2. Estado Civil

3. Educação

4. Religião

5. Residência

6. Responsabilidade

7. Outros dados

8. Observações

9. Assinatura

10. Data

11. Assinatura

12. Data

NEED - Nível de Estado e Bem-Estar da Pessoa

**PESSOA DE REFERÊNCIA 1.5**

1. Residência e moradia

2. Estado Civil

3. Educação

4. Religião

5. Responsabilidade

6. Outros dados

7. Observações

8. Assinatura

9. Data

10. Assinatura

11. Data

NEED - Nível de Estado e Bem-Estar da Pessoa

**PESSOA DE REFERÊNCIA 1.5**

1. Residência e moradia

2. Estado Civil

3. Educação

4. Religião

5. Responsabilidade

6. Outros dados

7. Observações

8. Assinatura

9. Data

10. Assinatura

11. Data